

ANEXO 25

MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE PAULISTA NOROESTE

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins do presente ANEXO, os termos abaixo definidos terão o seguinte significado:

MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL OU MECANISMO	Mecanismo que regula o compartilhamento de risco cambial assumido pela CONCESSIONÁRIA nos instrumento(s) de financiamento (i) por ela contratados em moeda estrangeira; (ii) celebrados até 24 meses contados da data de assinatura dos TERMOS DE TRANSFERÊNCIA INICIAIS; (iii) com desembolso de recursos previstos até o 6º ano da celebração dos instrumento(s) de financiamento; e (iv) aplicável às parcelas do serviço da dívida relativas a tais financiamentos destinada aos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS e pagamento da OUTORGA FIXA.
SALDO A COMPENSAR AJUSTADO	Saldo resultante do produto entre o SERVIÇO DA DÍVIDA e a respectiva variação cambial no período entre a data de assinatura do contrato de financiamento em moeda estrangeira e a data de desembolso do respectivo SERVIÇO DA DÍVIDA, ajustado pela variação do diferencial entre o IPCA de Brasil e o IPC nos EEUU ao longo de mesmo período.
SERVIÇO DA DÍVIDA MÁXIMO	Montante máximo nominal de serviço(s) da(s) dívidas amortizável(is) ao longo do(s) prazo(s) do(s) financiamento(s).
SERVIÇO DA DÍVIDA	Parcela nominal de serviço da dívida amortizável, nos termos dos instrumentos de financiamento firmados.

1.2. Os demais termos definidos constantes deste ANEXO terão o significado a eles atribuído no CONTRATO.

2. CONDIÇÕES

2.1 O SERVIÇO DA DÍVIDA MÁXIMO que poderá ser considerado para o MECANISMO será de [•] milhões de dólares americanos (USD), na DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO. Este limite é aplicável mesmo na hipótese de contratação de mais de um instrumento de financiamento em moeda estrangeira.

- 2.2 O MECANISMO é aplicável para oferecer proteção cambial a instrumento(s) de financiamento com periodicidade anual, semestral ou trimestral de amortização do principal e pagamento de juros. O prazo máximo que cobre o MECANISMO é de até 20 (vinte) anos.
- 2.3 Para ativar o MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE para um instrumento de financiamento em moeda estrangeira contratado pela CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar notificação fundamentada ao ARTESP, em que conste:
- (i) minutas dos contratos de financiamento, ou outros instrumentos de financiamento em moeda estrangeira, em conformidade com a devida regulamentação; e
 - (ii) quando se tratar de financiamento por meio de emissão de títulos (*bonds*), a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar cópia dos respectivos documentos – escritura, prospecto, contratos, relatórios de análise/classificação de risco etc. – em relação à emissão em moeda estrangeira.
- 2.3.1 A ARTESP, após o recebimento da notificação de que trata o item 2.3, poderá pedir ajustes na documentação recebida, desde que esteja conflitando com este ANEXO e/ou com o CONTRATO DE CONCESSÃO, no prazo de até 10 (dez) dias úteis. Não havendo manifestação da ARTESP neste prazo, a CONCESSIONÁRIA poderá ativar o MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL.
- 2.3.2 A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 24 meses a partir da data de celebração dos TERMOS DE TRANSFERÊNCIA INICIAIS para indicar ao PODER CONCEDENTE a intenção de acionar o MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL. Caso não o faça após 24 meses, entender-se-á que renuncia a este MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL pelo resto do PRAZO DA CONCESSÃO.
- 2.3.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 2.3.2 acima, a CONCESSIONÁRIA apenas poderá acionar o MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL para o(s) instrumento(s) de financiamento cujo desembolso de recursos ocorra até o 6º ano contado da celebração de referido instrumento.
- 2.4 Para ativar o MECANISMO, após firmado o instrumento de financiamento, em até 20 (vinte) dias úteis da data de contratação, deverá ser entregue ao PODER CONCEDENTE cópia(s) do(s) contrato(s) e/ou instrumento(s) que integram o financiamento devidamente assinadas,

acompanhadas de versões traduzidas em português, dispensada a tradução juramentada, bem como um resumo executivo que contenha as seguintes informações:

- (i) moeda de denominação;
- (ii) data de assinatura;
- (iii) montante nominal do instrumento de financiamento em moeda estrangeira;
- (iv) perfil da dívida, indicando eventuais carências, datas de desembolso do financiamento, incluindo o cronograma de datas de amortização, pagamento de juros e, portanto, os respectivos cronogramas e montantes pactuados do SERVIÇO DA DÍVIDA;
- (v) taxa de juros nominal, com *spreads* e demais taxas que formem o valor final da taxa de juros do instrumento;
- (vi) descrição de seguros, comissões e outros;
- (vii) descrição da destinação final daquele crédito;
- (viii) nome do avalista ou garantidor do crédito, quando houver;
- (ix) valor da taxa de swap embutido no instrumento do financiamento, quando houver;
- (x) razão social do mutuário ou receptor do crédito (que deverá ser a própria CONCESSIONÁRIA);
- (xi) razão social do mutuante ou estruturador(es) dos bonds; e
- (xii) síntese dos relatórios das agências de classificação de risco, quando for o caso.

2.5 Quaisquer alterações nos planos de pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA dos instrumentos de financiamento em moeda estrangeira, para fins de repactuação deste MECANISMO, estão sujeitas à prévia anuência da ARTESP, para serem efetivas, não se admitindo que a repactuação ocasione a extinção do MECANISMO. Na hipótese de alteração no plano de pagamento do SERVIÇO DA DÍVIDA dos instrumentos de financiamento em moeda estrangeira pactuados, sem anuência prévia da ARTESP, ensejará penalidade nos termos do ANEXO 11.

- 2.6 As datas e os montantes de desembolso relativos à amortização do SERVIÇO DA DÍVIDA informados pela CONCESSIONÁRIA, para fins de aplicação do MECANISMO, deverão corresponder de maneira exata às datas efetivas dos desembolsos, assim como seus respectivos montantes. Em caso de discrepância entre as informações prestadas e os desembolsos efetivamente feitos, a ARTESP poderá cancelar a proteção cambial objeto do MECANISMO, caso entenda que a discrepância ofereceu prejuízo à capacidade da ARTESP de planejar e administrar os encargos que lhe são atribuídos pelo MECANISMO.
- 2.7 Uma vez ativado o MECANISMO, a CONCESSIONÁRIA não poderá cancelá-lo sem demonstrar, previamente, as vantagens econômicas e financeiras, tanto para o PODER CONCEDENTE, quanto para a CONCESSIONÁRIA, dependendo, em qualquer caso, da prévia anuência da ARTESP.
- 2.8 Os valores incluídos nas condições do MECANISMO não poderão estar sujeitos a cláusulas de aceleração, pré-pagamento, ou outras condicionantes que alterem o curso inicial do SERVIÇO DA DÍVIDA. Alterações nestas condições do(s) instrumento(s) de financiamento demandam a prévia anuência da ARTESP, quando se tratar de ação facultativa da CONCESSIONÁRIA, ou poderá não ter repercussão sobre o MECANISMO, caso seja provocado por condições existentes nos contratos de financiamento em moeda estrangeira.
- 2.9 Quando o(s) financiamento(s) for(em) tomado(s) em moeda estrangeira distinta do dólar americano (USD), será utilizado, para a aplicação de cobertura do MECANISMO, o correspondente em dólar americano (USD) da moeda estrangeira adotada, na data de desembolso do(s) serviço(s) da(s) dívida(s) pela CONCESSIONÁRIA, utilizando-se a mesma taxa PTAX da venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, indicada para cálculo nos itens subsequentes.
- 2.10 No caso em que haja comprovada aplicabilidade e interesse da CONCESSIONÁRIA em aderir ao MECANISMO disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE, vigorarão as condições descritas abaixo.

3. APLICAÇÃO DO MECANISMO

- 3.1 Para fins de cálculo dos valores de compensação do MECANISMO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, juntamente com toda a documentação exigida por este ANEXO, o(s) montante(s) de SERVIÇO DA DÍVIDA que estará(ão) sujeito(s) ao MECANISMO, conforme os montantes máximos definidos por este ANEXO.

- 3.2 Essas informações, que serão utilizadas para os cálculos dos montantes de compensação do MECANISMO deverão ser indicadas pela CONCESSIONÁRIA conforme tabela e itens apresentados abaixo, sendo os valores previstos no item 4 sujeitos ao MECANISMO. A taxa de câmbio inicialmente informada no item 1 será a da data de desembolso da(s) tranche(s) referente(s) ao(s) contrato(s) de financiamento em moeda estrangeira.

<u>Item</u>	<u>Data 1</u>	<u>Data 2</u>	<u>Data 3</u>	<u>Data N</u>
Taxa de Câmbio (1)				
Amortização Principal (USD) (2)				
Juros Pagos (USD) (3)				
Serviço Da Dívida (USD) (4)				

- 3.3 O SALDO A COMPENSAR AJUSTADO será quitado por meio de um montante mensal de compensação cambial, representado pela sigla (Mc), que deverá ser compensado, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, em parcelas idênticas e mensais. Caso o desembolso do respectivo SERVIÇO DA DÍVIDA seja trimestral, aplicar-se-ão 2 parcelas idênticas mensais, caso seja semestral, aplicar-se-ão 5 parcelas idênticas mensais; ao tempo em que se o desembolso for anual, aplicar-se-ão 11 parcelas idênticas mensais. A compensação será iniciada no decorrer do trimestre civil subsequente à data de desembolso de respectivo SERVIÇO DA DÍVIDA (SD) (SD_t) até que o SALDO A COMPENSAR AJUSTADO seja integralmente quitado.
- 3.4 Quando o SALDO A COMPENSAR AJUSTADO for positivo, o PODER CONCEDENTE deverá proceder à compensação do Mc à CONCESSIONÁRIA. Quando o SALDO A COMPENSAR AJUSTADO for negativo, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder à compensação do Mc ao PODER CONCEDENTE.
- 3.5 A taxa do dólar americano (USD) divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN por meio da Transação PTAX venda, relativa ao cálculo realizado pelo Banco Central do Brasil, apurada na data de desembolso do SERVIÇO DE DÍVIDA, será definitiva para a apuração do MECANISMO.

4. CÁLCULO DO VALOR DO AJUSTE

- 4.1 Para fins das equações que compõem o MECANISMO, define-se:

Mc: Montante mensal de compensação cambial, em razão de desvalorização ou valorização do câmbio, dado por:

$$MC_t = (\text{Saldo a Compensar Ajustado}_t / P)$$

Onde:

Saldo a Compensar Ajustado_t: corresponde ao saldo a ser compensado do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA em razão de variação cambial ($\Delta \text{cambial}_t$) e do reajuste monetário por diferencial entre o IPCA no Brasil e o IPC nos EUA, durante o mesmo período, aplicada sob a amortização de principal e juros pagos, na data t , para a dívida em moeda estrangeira, dado por:

$$SC \text{ Ajustado}_t = SC \text{ Ajustado Dólares}_t - SC \text{ Ajustado em Reais}_t$$

- *SC Ajustado em Dólares_t*: corresponde ao saldo a ser compensado do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA em razão da variação cambial ($\Delta \text{cambial}_t$) aplicada sob a amortização de principal e juros pagos, na data t , para dívida em moeda estrangeira, dado por:

$$SC \text{ Ajustado em Dólares}_t = SD_t \times \Delta \text{Cambial}_t$$

Onde: SD_t : o SERVIÇO DA DÍVIDA em Dólares (USD) na data t .

- $\Delta \text{cambial}_t$: Variação cambial: Diferença entre as taxas de câmbio, dada por:

$$\text{Taxa } C_t - \text{Taxa } C_0$$

Onde:

- *Taxa C_t* : Com base na taxa do dólar americano (USD) divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN por meio da Transação PTAX venda, relativa ao cálculo realizado pelo Banco Central do Brasil, com quatro casas decimais, com base em dados existentes na data t , ou seja, com base na taxa referente ao desembolso do SERVIÇO DE DÍVIDA, ou índice equivalente caso este seja extinto.
 - *Taxa C_0* : Com base na taxa do dólar americano (USD) divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN por meio da Transação PTAX venda, relativa ao cálculo realizado pelo Banco Central do Brasil, com quatro casas decimais, com base em dados vigentes à data de assinatura do instrumento de financiamento, ou índice equivalente caso este seja extinto.
- *SC Ajustado em Reais_t*: corresponde ao saldo a ser compensado do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA em razão da variação entre o IPCA de Brasil e o IPC nos EEUU, entre a data de assinatura do(s) contrato(s) de financiamento em moeda estrangeira e a data

do(s) respectivo(s) desembolso(s) do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA, aplicada sob a amortização de principal e juros, convertido a Reais à taxa de câmbio da data 0, dado por:

$$\text{Saldo a Compensar Ajustado em Reais } t = SD_t \times \text{Taxa } C_0 \times \Delta IPCA_t$$

$$\text{Onde: Saldo a Compensar Ajustado}_t = SD_t \times \Delta \text{cambial}_t \times (1 - \Delta IPCA_t)$$

- $\Delta IPCA_t = \left[\left(\frac{IPCA_t}{IPCA_0} \right) - \left(\frac{IPC USA_t}{IPC USA_0} \right) - 1 \right]$
 - $IPCA_t$: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística, com duas casas decimais, com base no número-índice vigente para a data t do pagamento do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA, ou índice equivalente caso este seja extinto.
 - $IPCA_0$: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE – Índice Brasileiro de Geografia e Estatística, com duas casas decimais, com base no número-índice vigente à data de assinatura do instrumento de financiamento em moeda estrangeira, ou índice equivalente caso este seja extinto.
 - $IPC USA_t$: Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pela Reserva Federal dos Estados Unidos, com duas casas decimais, com base no número-índice vigente para a data t do pagamento do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA, ou índice equivalente caso este seja extinto.
 - $IPC USA_0$: Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pelo Reserva Federal dos Estados Unidos, com duas casas decimais, com base no número-índice vigente à data de assinatura do instrumento de financiamento em moeda estrangeira, ou índice equivalente caso este seja extinto.
- t : data de desembolso do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA
- 0: data de assinatura do(s) contrato(s) de financiamento em moeda estrangeira.

P : prazo de desembolso do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA, onde:

- P_a : prazo de pagamento do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA trimestral (apurado em 2 meses)
- P_b : prazo de pagamento do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA semestral (apurado em 5 meses)
- P_c : prazo de pagamento do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA anual (apurado em 11 meses)

3 OPERACIONALIZAÇÃO DO MECANISMO

3.1 Após a ativação do MECANISMO, caberá à ARTESP informar, continuamente, até o final da vigência do(s) SERVIÇO(S) DA DÍVIDA indicados, a cada nova data de pagamento de SERVIÇO DA DÍVIDA, tal como indicado na tabela do Item 2, o valor de ajuste que será compensado com recursos das CONTAS RESERVA, em função do montante de compensação cambial (Mc).

3.2 A compensação do MECANISMO, quando favorável à CONCESSIONÁRIA, se dará, exclusivamente, por meio dos recursos depositados nas CONTAS RESERVA. As compensações em favor da CONCESSIONÁRIA serão objeto da NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.

3.3 Sempre que a compensação do MECANISMO for favorável à CONCESSIONÁRIA, a ARTESP autorizará imediatamente a transferência da totalidade do valor devido até o limite da disponibilidade das CONTAS RESERVA para compensar parcial ou integralmente a CONCESSIONÁRIA, por meio da NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.

3.3.1 Caso o limite da disponibilidade das CONTAS RESERVA seja insuficiente para compensar a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE tomará todas as medidas necessárias para o pagamento integral devido.

3.4 Após a ativação do MECANISMO, o PODER CONCEDENTE e e/ou a ARTESP, adotarão as medidas estabelecidas para operacionalização do MECANISMO, compreendendo:

- (i) Instruir devidamente o BANCO DEPOSITÁRIO para que as compensações decorrentes do MECANISMO sejam feitas nos exatos termos;
- (ii) notificar as partes em relação à cessação dos ajustes; e
- (iii) outras medidas previstas neste ANEXO e em instrumentos, contratos, acordos e ajustes associados à efetivação do MECANISMO.